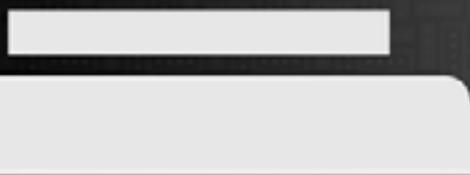




UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



Revista do  
**DIREITO PÚBLICO**





REITORA

Profa. Dra. Berenice Quinzani Jordão

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfier

Diretora de Pós-Graduação: ProfªDrª Maria Helena Pelegrinelli Fúngaro

Diretor de Pesquisa: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Pitta

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Diretor: Prof. Azenil Staviski

Vice-Diretor: Prof. Carlos Cogo Milanez

Chefe do Departamento de Direito Privado: Profa. Ms. Marília Salerno

Chefe do Departamento de Direito Público: Prof. Dr. Marcos Antonio Striquer Soares

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

Coordenador: Prof. Dr. Miguel Etinger de Araújo Junior

Vice-Coordenadora: Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos Amaral

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da

Revista do Direito Público / Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito  
Público. Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. –  
Londrina: UEL, 2017-.  
v. ; 29 cm.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: v. 12, n.1, jan/abr. (2017).

ISSN: 1980-511X (on line).

1. Direito Público – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito Público.  
Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial.

CDU 342

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte.

Indexada em: LivRe (Brasil), Doaj (Suécia), Latindex (México), SHERPA RoMEO (Inglaterra), Portal de Periódicos CAPES (Brasil), WorldCat (EUA), TULIPS-Linker

(Japão), Aladin (EUA), New Jour (EUA), BASE(Alemanha).

Disponível nos catálogos digitais das bibliotecas: HKU Librarie (Hong Kong), Charles University (Rep. Checa), Gorky St. Petersburg State University (Rússia), Hebrew University of Jerusalem (Israel), Miami University Libraries (EUA), Yale University (EUA), Universidad Nacional Autónoma de México(México), Universidade do Porto(Portugal), University of Tsukuba (Japão).



Revista do  
**DIREITO PÚBLICO**

ISSN 1980551-X

---

MESTRADO EM DIREITO  
NEGOCIAL

DEPARTAMENTO DE  
DIREITO PÚBLICO



Universidade  
Estadual de Londrina



ISSN 1980-511X (eletrônico)  
 Revista do Direito Público da UEL  
 Volume 12, número 1, abril 2017

**EDITORES RESPONSÁVEIS / EDITORS**

Dr. Luiz Fernando Bellinetti  
 Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

**CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD**

Eduardo Reale Ferrari - Universidade de São Paulo (USP/SP)  
 Francisco Emílio Baleotti - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)  
 Irene Patrícia Nohara - Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM/MG)  
 Maria Auxiliadora Minahim - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA)  
 Tânia Lobo Muniz - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)  
 Thais Bernardes Magalhães - Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO)  
 Wilson Engelmann – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

**PARECERISTAS AD HOC / REVIEWERS**

Aldo Castro – Santa Catarina  
 Carlos Ramos – Santa Catarina  
 Adriana Campos – Santa Catarina  
 Carlos Bolonha – Santa Catarina  
 Jesualdo Almeida Junior – Rio Grande do Sul  
 Yvete da Costa – Paraná  
 João Francisco Barretto – Paraná  
 Simone Becker – Paraná  
 Lier Ferreira – Minas Gerais  
 Thais B. Magalhães – Minas Gerais  
 Wilson Engelmann – Distrito Federal  
 Renato Ferreira – Distrito Federal  
 Luiz Magno Bastos Junior – Distrito Federal  
 Carlos Mauricio de Araújo – São Paulo  
 Francisco Silva Neto – São Paulo  
 Nathalie Nedel – Rio Grande do Norte  
 Edilton Santos – Rio Grande do Norte  
 Luis Reichelt – Rio Grande do Sul  
 Tula Wesendonck – Rio Grande do Sul  
 Roberto Pinto – Paraná  
 Carlos Ramos – Paraná  
 Natália Pires – Paraná

João Silvério Júnior – Santa Catarina  
Claudia Britto – Santa Catarina

ASSESSORIA TÉCNICA  
Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

Ana Paula Ruiz Silveira Lêdo, Bruna Faria, Ianara Cardoso de Lima, Lara Caxico Martins  
Miranda, Laudicena Ribeiro, Luana da Costa Leão, Natali Silvana Zwaretch, Rafael Duarte de  
Salvi e Roberta Carolina de Afonseca e Silva.

## Sumário | Contents

**Editorial** ..... 10

**ERRO MÉDICO E CONSENTIMENTO INFORMADO:**

**PANORAMA JURISPRUDENCIAL DO TJRS E DO STJ**.....15  
**MEDICAL MALPRACTICE AND INFORMED CONSENT:  
 JURISPRUDENTIAL OVERVIEW OF TJRS AND STJ**

*Gustavo Silveira Borges e Roberta Weirich Mottin*

**A INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DO PODER EXECUTIVO  
 NA ATIVIDADE LEGIFERANTE: A DETERMINAÇÃO DA PAUTA  
 LEGISLATIVA NO PRIMEIRO ANO DO SEGUNDO MANDATO DA  
 PRESIDENTE DILMA VANA ROUSSEFF**..... 48

**THE INTENSITY OF THE EXECUTIVE BRANCH'S INTERFERENCE  
 IN BRAZILIAN LEGISLATIVE ACTIVITIES: DELIMITATING THE  
 LEGISLATIVE PROPOSALS IN PRESIDENT DILMA VANA ROUSSEFF'S  
 FIRST YEAR OF HER SECOND TERM IN OFFICE.**

*Renato Horta Rezende e Eduardo Martins de Lima*

**LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE: O DEBATE  
 SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA TRANSFERÊNCIA DO  
 SIGILO BANCÁRIO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA** ..... 86  
**FREEDOM OF INFORMATION AND BANK SECRECY: THE DEBATE  
 ON THE CONSTITUTIONALITY OF TRANSFERRING BANK  
 ACCOUNT INFORMATION TO THE TAX ADMINISTRATION**

*Larissa Rodrigues Laks*

**RESPONSABILIDADE CIVIL DAS MINERADORAS  
 DECORRENTE DA REDUÇÃO DO TURISMO OCASIONADA PELA  
 DETERIORAÇÃO AMBIENTAL** ..... 119  
**CIVIL LIABILITY OF MINING COMPANIES AS A CONSEQUENCE  
 OF TOURISM REDUTION THAT IS CAUSED BY ENVIRONMENTAL  
 DAMAGE**

*Marina de Sá Rezende e Elcio Nacur Rezende*

**O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO COMO NOVA DIRETRIZ  
 CONSTITUCIONAL DA TUTELA AMBIENTAL: O CONTRASTE  
 ENTRE O IDEAL CONSTITUCIONAL E A REALIDADE  
 BRASILEIRA**..... 144  
**ENVIRONMENTAL LABOR AS A NEW CONSTITUTIONAL**

**GUIDELINE FOR ENVIRONMENTAL PROTECTION: BRAZIL'S  
REALITY AND CONSTITUTIONAL NORM'S IDEAL**

*Antônio Braga da Silva e Paulo José Leite Farias*

**REINCIDÊNCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO  
SANCIONADOR..... 175**

**RECIDIVISM IN THE SANCTIONING ADMINISTRATIVE LAW**

*Carlos Ari Sundfeld e Rodrigo Pagani de Souza*

**ENSAIO A PROPÓSITO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO:  
LIMITES, ORIGEM E PERTINÊNCIA NO ORDENAMENTO  
JURÍDICO BRASILEIRO..... 204**

**AN ESSAY ANALYZING THE RIGHT TO BE FORGOTTEN: ITS LIMITS,  
ORIGIN, AND PERTINENCE WITH THE BRAZILIAN JUDICIAL SYSTEM**

*Regina Linden Ruaro e Fernando Inglez de Souza Machado*

**“WE REJECT KINGS, PRESIDENTS AND VOTING?”:  
CONFORMAÇÕES DEMOCRÁTICO-INSTITUCIONAIS E NÍVEIS  
ESTRUTURADOS DE (DES)REGULAMENTAÇÃO DOS ESPAÇOS  
VIRTUAIS ..... 234**

**“WE REJECT KINGS, PRESIDENTS AND VOTING?”: THE  
INSTITUTIONAL-DEMOCRATIC MODEL AND THE STRUCTURED  
LEVELS OF (DE)REGULATION OF VIRTUAL SPACES**

*Pedro Henrique Arcain Riccetto, Isabela Cristina Sabo e Ana Cláudia Côrrea Zuin Mattos do  
Amaral*

**A VERDADE NO PROCESSO PENAL: (IM)POSSIBILIDADES? . 266**  
**IS THERE TRUTH IN THE BRAZILIAN CRIMINAL PROCEDURE CODE?**

*Leilane Serratine Grubba*

**A NECESSIDADE DO DESENVOLVIMENTO DE UMA  
GOVERNANÇA GLOBAL DO E-COMMERCE ..... 287**

**MEDIATION IN CASES OF VIOLENCE AGAINST WOMEN**

*Thays Cristina Carvalho Canezin, Claudete Carvalho Canezin e Rozane da Rosa Cachapuz*

**RESENHAS / REVIEWS**

---

<b>O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE</b> .....	311
<b>THE JUDICIAL CONTENT OF THE PRINCIPLE OF EQUALITY</b>	

*Pedro Augusto de Souza Brambilla*

<b>O DIREITO À CIDADE</b> .....	318
<b>RIGHT TO THE CITY</b>	

*Jussara Romero Sanches*

## Editorial

Iniciamos o ano com a edição nº. 1, do volume 12, que, além de textos elaborados por autores de nosso estado do Paraná, conta também com artigos provenientes de pesquisadores dos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e São Paulo, com temas de Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Administrativo, Direito do Estado, Direito Penal e Direito Processual.

O trabalho “Erro médico e consentimento informado: panorama jurisprudencial do TJRS e do STJ” desenvolve um estudo sobre o consentimento informado do paciente pelo médico e qual a influência deste instrumento das demandas em que se discute a responsabilidade civil do médico. Elaborase um estudo analítico da jurisprudência temática do Tribunal de Justiça do Estado do rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

O artigo intitulado “A intensidade da participação do poder executivo na atividade legiferante: a determinação da pauta legislativa no primeiro ano do segundo mandato da Presidente Dilma Vana Rousseff”, com enfoque em Direito Constitucional, analisa a interferência do Poder Executivo na criação legal nos Estados modernos

em razão da ampliação da agenda executiva nas últimas décadas e na ineficiência do Poder Legislativo. O trabalho faz um histórico sobre o tratamento conferido à intervenção do Presidente da República no processo legislativo no decorrer dos textos constitucionais brasileiros. O estudo é embasado em uma análise estatística da pauta legislativa em razão da interferência da Presidente da República, Dilma Vana Roussef, no período do primeiro ano de seu segundo mandato.

Também no tocante ao Direito Constitucional, o estudo “Liberdade de informação e privacidade: o debate sobre a constitucionalidade da transferência do sigilo bancário à administração tributária” trata da discussão acerca da constitucionalidade da Lei Complementar nº. 105/2001 que possibilitou ao fisco, por meio de processo administrativo, acessar informações bancárias de pessoas físicas ou jurídicas. O tema teve repercussão geral reconhecida pelo supremo Tribunal Federal em 2009, porém ainda não foi julgado.

No âmbito do Direito Civil, o artigo “Responsabilidade civil das mineradoras decorrente da redução do turismo ocasionada pela deterioração ambiental” discute o conflito que existe entre as atividades mineradoras e sua exploração lucrativa e a necessidade de preservação para o turismo sustentável sem redução econômica em decorrência dos impactos ambientais.

No campo do Direito do Trabalho, o artigo

“O meio ambiente do trabalho como nova diretriz constitucional da tutela ambiental: o contraste entre o ideal constitucional e a realidade brasileira” discute a previsão constitucional do direito fundamental a um ambiente de trabalho equilibrado e saudável e a confronta com a mercantilização da saúde do trabalhador por meio do pagamento de adicionais. Comenta a evolução normativa do direito ambiental; as diversas acepções do meio ambiente e a construção do ideal do meio ambiente do trabalho, por meio da qualidade do meio ambiente do trabalho condicionada à existência ou minimização dos diversos riscos ambientais.

Com destaque para o Direito Administrativo, o estudo “Reincidência no direito administrativo sancionador” investiga o regime jurídico da reincidência no direito sancionador administrativo brasileiro, por meio de estudo de vários textos legais. Defende a decisão definitiva quanto à infração anterior e a identidade da natureza da infração como pressupostos caracterizadores do conceito de reincidência. Confere especial destaque ao tratamento da reincidência na legislação antitruste.

Estudando concepções de Direito do Estado, o artigo “We reject kings, presidents and voting?”: conformações democrático-institucionais e níveis estruturados de (des)regulamentação dos espaços virtuais” propõe uma análise crítica da construção do conceito de democracia e suas interfaces com as novas

tecnologias informacionais para demonstrar que o ambiente não pode ser regido por regras autocráticas ou anárquica. Aborda problemas acerca dos níveis de regulamentação do ambiente eletrônico que consiste na ausência de regulamentação técnica e regulamentação legal.

No âmbito do Direito Penal, o artigo “A verdade no processo penal: (im)possibilidades?” apresenta uma visão crítica sobre a impossibilidade de que a verdade seja obtida no processo penal. Destaca a diferença entre a verdade formal e a verdade material, comumente relatada pelos processualistas penais, mas defende que o conhecimento como correspondência com o aquilo que acontece no mundo da vida não pode ser atingido pelo instrumento que é processo penal.

Com a pauta do Direito Processual, o artigo “Mediação nos casos de violência contra a mulher” estuda possibilidade de aplicação da mediação nos casos de violência contra a mulher, com a proposta de que tal instrumento concretize a autonomia da mulher e propicie o diálogo. Conceitua a mediação como um instrumento consensual de resolução de conflitos que privilegia a autonomia das partes no processo de solução da lide, mas com o auxílio de um terceiro imparcial que tem função esclarecedora. Conclui que a mediação poder ser um instrumento efetivo para a solução do conflito, na medida em que tem maior amplitude na abordagem do contexto social crítico que dá azo à violência contra

a mulher.

Com enfoque no Direito Civil e seu diálogo com as novas tecnologias o artigo “Ensaio a propósito do direito ao esquecimento: limites, origem e pertinência no ordenamento jurídico brasileiro” discute a colisão entre os direitos da personalidade e o direito à privacidade e de liberdade de expressão. Destaca que o direito ao esquecimento não é um direito novo, mas sim um desdobramento do direito à privacidade e à proteção de dados pessoais que ganha novo relevo na sociedade da informação.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas: com base nas obras “Conteúdo jurídico do princípio da igualdade”, de Celso Antônio Bandeira de Mello e “Direito à Cidade” de Henri Lefebvre.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso primeiro número deste ano, a partir do qual passo a coordenar a revista, e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Luiz Fernando Bellinetti